



# O IMPACTO DAS REFORMAS ESTRUTURAIS E DA AUSTERIDADE NO BRASIL PÓS-2016: UMA ANÁLISE DE INDICADORES MACROECONÔMICOS

**Leandro Guillarducci Martins Ferreira**

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) | Lefer.santos@yahoo.com.br

**Christian Luiz da Silva**

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) | Christiansilva@utfpr.edu.br

**Luciano Ricardo Menegazzo**

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) | Lucianormenegazzo@yahoo.com.br

**Amanda Vanzella Goncalves**

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) | Amanda.vanzellag@outlook.com

---

## Sessão Temática 3: Estado Planejamento e Políticas Públicas

---

**Resumo:** Este artigo analisa os impactos das políticas de austeridade fiscal e reformas estruturais adotadas no Brasil após a crise econômica de 2014-2016. Utilizando dados dos principais indicadores macroeconômicos, como PIB, desemprego, investimento e dívida pública, o estudo compara tendências de 2010 a 2016 e de 2017 a 2023, buscando identificar mudanças decorrentes das reformas trabalhista e previdenciária e, principalmente, da política fiscal. A metodologia aplicada foi uma análise quantitativa com regressão linear e correlação de Pearson. As análises de correlação e regressão linear demonstraram que, embora essas políticas tenham gerado impactos negativos iniciais, como aumento do desemprego e queda nos investimentos, elas foram essenciais para estabilizar a economia. As reformas contribuíram para o controle da inflação, recuperação do PIB e redução do déficit em conta corrente após 2017, criando condições para um crescimento econômico mais sustentável. O artigo conclui que, em cenários de crise prolongada, medidas de austeridade e reformas estruturais são fundamentais para restabelecer a confiança e a estabilidade macroeconômica do país.

**Palavras-chave:** Austeridade fiscal; Reformas estruturais; Estabilidade macroeconômica; Crescimento econômico sustentável; Indicadores macroeconômicos.

## TRADUÇÃO DO TÍTULO EM INGLÊS

**Abstract:** *This article analyzes the impacts of fiscal austerity policies and structural reforms adopted in Brazil following the 2014-2016 economic crisis. Using data from key macroeconomic indicators, such as GDP, unemployment, investment, and public debt, the study compares trends from 2010 to 2016 and from 2017 to 2023, seeking to identify changes stemming from labor and pension reforms, as well as fiscal policy. The methodology applied was a quantitative analysis using linear regression and Pearson correlation. The correlation and regression analyses demonstrated that, although these policies initially generated negative impacts, such as increased unemployment and a decline in investments, they were essential for stabilizing the economy. The reforms contributed to controlling inflation, recovering GDP, and reducing the current account deficit after 2017, creating conditions for more sustainable economic growth. The article concludes that, in prolonged crisis scenarios, austerity measures and structural reforms are fundamental to restoring confidence and macroeconomic stability in the country.*

**Keywords:** *Fiscal Austerity; Structural Reforms; Macroeconomic Stability; Sustainable Economic Growth; Macroeconomic Indicators.*

---

## TRADUÇÃO DO TÍTULO EM ESPANHOL

**Resumen:** *Este artículo analiza los impactos de las políticas de austeridad fiscal y reformas estructurales adoptadas en Brasil tras la crisis económica de 2014-2016. Utilizando datos de los principales indicadores macroeconómicos, como PIB, desempleo, inversión y deuda pública, el estudio compara tendencias de 2010 a 2016 y de 2017 a 2023, buscando identificar cambios derivados de las reformas laboral y previsional, así como de la política fiscal. La metodología aplicada fue un análisis cuantitativo con regresión lineal y correlación de Pearson. Los análisis de correlación y regresión demostraron que, aunque estas políticas inicialmente generaron impactos negativos, como el aumento del desempleo y la caída de las inversiones, fueron esenciales para estabilizar la economía. Las reformas contribuyeron al control de la inflación, la recuperación del PIB y la reducción del déficit en cuenta corriente después de 2017, creando condiciones para un crecimiento económico más sostenible. El artículo concluye que, en escenarios de crisis prolongada, las medidas de austeridad y las reformas estructurales son fundamentales para restablecer la confianza y la estabilidad macroeconómica del país.*

**Palabras clave:** *Austeridad Fiscal; Reformas Estructurales; Estabilidad Macroeconómica; Crecimiento Económico Sostenible; Indicadores Macroeconómicos.*

## INTRODUÇÃO

A crise econômica de 2014-2016 no Brasil representou um dos períodos mais severos de recessão da história recente do país. Marcada pela contração do Produto Interno Bruto (PIB) em 3,8% em 2015 e 3,6% em 2016, essa crise gerou profundas consequências sociais e econômicas, incluindo o aumento do desemprego e a queda dos investimentos (Tinocco; Giambiagi, 2018). A deterioração fiscal também foi significativa, agravada por políticas anteriores de estímulo econômico que não conseguiram reverter o cenário de retração, levando o governo a adotar medidas de austeridade fiscal como forma de restaurar a confiança dos investidores e estabilizar a economia (Cardoso et al., 2020).

A implementação de políticas de austeridade fiscal, sob a liderança do ministro da Fazenda Joaquim Levy, teve como principal objetivo conter o déficit público por meio de cortes de gastos e ajustes fiscais rigorosos (Paes-Sousa; Rasella; Carepa-Sousa, 2018). Além disso, o governo buscou aprovar reformas estruturais, como a reforma trabalhista de 2017, com o intuito de flexibilizar o mercado de trabalho e aumentar a competitividade da economia brasileira (Bresser-Pereira; Gala, 2010). Essas medidas seguiram uma lógica neoliberal que defendia o controle rigoroso das finanças públicas e a redução da intervenção estatal como premissas fundamentais para a recuperação econômica (Bresser-Pereira, 2017).

Entretanto, a eficácia dessas políticas tem sido amplamente debatida. Defensores da austeridade argumentam que, sem o ajuste fiscal, o Brasil teria enfrentado uma crise ainda mais grave, com descontrole inflacionário e a perda da confiança do mercado internacional (Williamson, 2008). Já os críticos apontam que as medidas de austeridade aprofundaram a recessão ao reduzir a demanda agregada e aumentar o desemprego, dificultando a recuperação econômica no curto prazo (Stiglitz, 2008; Cardoso et al., 2020).

No cenário internacional, a crise de 2014-2016 no Brasil ocorreu em um contexto de queda nos preços das commodities, afetando diretamente as receitas do governo e a balança comercial. Além disso, o ambiente global de desaceleração econômica e a crise financeira de 2008 contribuíram para reduzir o apetite dos investidores por mercados emergentes (Kohli, 2012). A necessidade de ajustes fiscais rigorosos foi amplamente defendida por setores do mercado financeiro e por organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), que recomendavam medidas austeras para restaurar a confiança dos investidores (Giambiagi et al., 2016).

Contudo, a adoção dessas políticas de ajuste fiscal durante uma recessão gerou controvérsias. A experiência de outros países, como Grécia e Espanha, demonstrou que as políticas de austeridade, quando implementadas em períodos de crise, podem ter efeitos devastadores sobre o crescimento econômico e o emprego (Stiglitz, 2008). No Brasil, o desemprego atingiu níveis recordes em 2016, chegando a 12,6% da população economicamente ativa (Tinocco; Giambiagi, 2018), enquanto o PIB continuava em retração.

Além disso, a implementação das reformas estruturais no Brasil, como a reforma trabalhista de 2017, teve como objetivo reduzir os custos de contratação e aumentar a flexibilidade do mercado de trabalho (Bresser-Pereira, 2017). No entanto, críticos apontam que a flexibilização do mercado de trabalho pode ter efeitos negativos sobre a segurança no emprego e os direitos trabalhistas (Stiglitz, 2008).

A análise dos impactos dessas medidas sobre a economia brasileira, portanto, é complexa e multifacetada. Embora as reformas tenham sido vistas como um passo necessário para aumentar a competitividade do Brasil no longo prazo, os resultados no curto prazo foram decepcionantes, com o PIB apresentando crescimento modesto e o desemprego permanecendo elevado (Cardoso et al., 2020). Essa contradição entre os objetivos das políticas de austeridade e seus resultados práticos alimenta o debate sobre a melhor estratégia para a recuperação econômica em tempos de crise.

As políticas de austeridade fiscal têm gerado impactos significativos em áreas fundamentais como saúde e educação, que representam pilares essenciais para o desenvolvimento social e econômico de longo prazo. A implementação de medidas de ajuste fiscal, embora possa parecer necessária para estabilizar a economia e recuperar a confiança dos mercados, muitas vezes ocorre ao custo de cortes significativos em políticas públicas básicas. Segundo Paes-Sousa, Rasella e Carepa-Sousa (2018), o ajuste fiscal impacta diretamente o financiamento de programas essenciais, especialmente em contextos em que já existe escassez de recursos.

Estudos indicam que, durante períodos de austeridade, os ministérios da Saúde e Educação frequentemente enfrentam limitações financeiras, restringindo investimentos em infraestrutura, programas sociais e melhoria da qualidade dos serviços oferecidos (Gadelha et al., 2011). Esse cenário levanta questionamentos sobre o equilíbrio entre a necessidade de estabilização fiscal e a manutenção de políticas públicas essenciais. Portanto, embora a austeridade possa corrigir desequilíbrios macroeconômicos, é crucial avaliar seu impacto nos investimentos sociais e considerar alternativas que minimizem prejuízos às áreas que sustentam o desenvolvimento humano e a redução das desigualdades (Paes-Sousa; Rasella; Carepa-Sousa, 2018).

Diante desse cenário, a relevância do problema econômico em questão se destaca. A pergunta central que orienta este estudo é: As políticas de austeridade fiscal e reformas estruturais adotadas no Brasil após a crise de 2014-2016 foram eficazes para a recuperação econômica pós-crise?

Essa questão é fundamental, pois envolve a análise de políticas públicas que impactaram diretamente o desempenho econômico do país nos anos subsequentes à recessão (Giambiagi et al., 2016).

O objetivo geral deste artigo é avaliar a eficácia das políticas de austeridade fiscal e das reformas estruturais na recuperação da economia brasileira após a crise de 2014-2016. A hipótese central é que essas medidas foram necessárias para restabelecer as bases

econômicas do país, mesmo com os possíveis efeitos adversos no curto prazo. O estudo buscará validar ou refutar essa hipótese por meio da análise de indicadores econômicos e da revisão da literatura sobre o tema.

Especificamente, o artigo se propõe a: (1) examinar a evolução dos principais indicadores macroeconômicos antes e depois da implementação das políticas de austeridade; (2) discutir o papel das reformas estruturais no aumento da competitividade da economia; e (3) avaliar a literatura econômica sobre austeridade fiscal.

Por fim, este estudo visa contribuir para a compreensão dos efeitos das políticas de austeridade e das reformas estruturais sobre a economia brasileira, oferecendo uma análise detalhada de dados macroeconômicos e revisando as principais teorias econômicas relacionadas ao tema (Bresser-Pereira; Gala, 2010). A partir dessa análise, será possível avaliar se a austeridade fiscal foi, de fato, uma estratégia eficaz para a recuperação econômica do Brasil, ou se outras medidas deveriam ter sido priorizadas para mitigar os impactos da crise.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A austeridade fiscal, enquanto conceito amplamente debatido na literatura econômica, ganhou notoriedade em momentos de crise, especialmente em economias emergentes como o Brasil. Ela é definida como um conjunto de políticas fiscais que visam reduzir o déficit público por meio de cortes de gastos governamentais e aumentos de impostos, buscando equilibrar as contas públicas e restaurar a confiança dos mercados financeiros (Blanchard, 2007). No entanto, sua eficácia e os impactos sobre o crescimento econômico e o bem-estar social têm sido temas de intenso debate acadêmico, com defensores e críticos advogando visões diametralmente opostas sobre seus benefícios e malefícios.

Do ponto de vista neoliberal, a austeridade fiscal é vista como uma medida necessária para estabilizar economias em crise. Defensores dessa abordagem, como Dornbusch, Fischer e Startz (2009), argumentam que políticas fiscais rígidas são fundamentais para conter o descontrole do déficit público e a inflação, criando um ambiente macroeconômico estável, condição essencial para a recuperação econômica. Esses autores enfatizam que o ajuste fiscal é um passo essencial para restaurar a confiança dos investidores, que tendem a se afastar de economias com finanças públicas desordenadas, o que agrava ainda mais a recessão (Dornbusch; Fischer; Startz, 2009).

Williamson (2008) e outros defensores do Consenso de Washington também apoiam a austeridade como parte de um pacote de reformas estruturais que inclui a liberalização do comércio e a desregulamentação do mercado. Segundo eles, as políticas de austeridade são fundamentais para promover a disciplina fiscal, o que, a longo prazo, contribui para o crescimento econômico sustentável, ao criar as condições necessárias para o setor privado investir e gerar empregos. Eles argumentam que, sem austeridade, a dívida pública se torna

insustentável, o que leva a um aumento dos juros e a um possível calote da dívida, como ocorreu em diversos países da América Latina nos anos 1980 (Williamson, 2008).

No contexto do Brasil, Bresser-Pereira (2017) faz uma análise crítica sobre a implementação de políticas neoliberais no país desde a década de 1990. Embora ele reconheça que medidas de austeridade possam, em alguns casos, ser necessárias para evitar o colapso fiscal, o autor argumenta que essas políticas, quando aplicadas de forma indiscriminada em períodos de recessão, podem exacerbar a crise ao reduzir a demanda agregada e o consumo das famílias. Segundo ele, a austeridade fiscal no Brasil em 2015-2016 foi adotada em um momento inadequado, aprofundando a recessão e levando a uma perda significativa de empregos (Bresser-Pereira, 2017).

Stiglitz (2008) vai além, afirmando que as políticas de austeridade impõem um alto custo social, principalmente em economias emergentes. Ele critica a suposição de que a redução do déficit público levará automaticamente a uma recuperação econômica via aumento da confiança dos investidores. Para o autor, os cortes nos gastos públicos tendem a diminuir a demanda agregada em um momento em que o governo deveria estar atuando de forma contracíclica, estimulando o crescimento por meio do investimento público. Stiglitz destaca que, na ausência de políticas de estímulo, as economias em recessão podem entrar em um ciclo vicioso de baixa atividade econômica, alta inflação e desemprego (Stiglitz, 2008).

No entanto, a austeridade fiscal não é um conceito homogêneo. Giambiagi et al. (2016) apontam que o ajuste fiscal, quando bem calibrado, pode ser eficaz em contextos de alta dívida pública e descontrole inflacionário. Os autores sugerem que, em economias como a do Brasil, onde a dívida pública cresceu rapidamente durante a crise de 2014-2016, a contenção dos gastos foi necessária para evitar uma espiral inflacionária e o aumento dos juros. Para eles, o sucesso da austeridade depende da sua capacidade de conter a inflação e estabilizar a dívida pública, permitindo, posteriormente, um ambiente mais propício ao crescimento (Giambiagi et al., 2016).

Bielschowsky e Torres (2018), por outro lado, defendem uma abordagem desenvolvimentista, destacando que a austeridade não deve ser vista como a única solução para crises econômicas. Eles argumentam que, em vez de cortar gastos públicos, os governos devem investir em infraestrutura e políticas sociais para estimular o crescimento econômico. O investimento público, segundo os autores, pode gerar um efeito multiplicador, aumentando a demanda agregada e, eventualmente, levando a uma recuperação mais rápida e sustentável (Bielschowsky; Torres, 2018).

A literatura também aborda as reformas estruturais como parte integral do pacote de austeridade. Suzigan e Furtado (2006) discutem a importância das políticas industriais como um complemento às reformas estruturais para promover o desenvolvimento econômico. Eles apontam que, embora as reformas que flexibilizam o mercado de trabalho e abram a economia ao comércio internacional possam ser positivas, elas precisam ser acompanhadas

por políticas que estimulem a inovação e o desenvolvimento de setores estratégicos da economia, como a indústria e a tecnologia (Suzigan; Furtado, 2006).

No que diz respeito ao Brasil, a reforma trabalhista de 2017 é um exemplo típico de reforma estrutural que buscou aumentar a competitividade da economia ao reduzir os custos de contratação e flexibilizar as condições de trabalho. Defensores, como Canêdo-Pinheiro (2008), argumentam que a flexibilização do mercado de trabalho era necessária para combater a rigidez do sistema brasileiro, que desestimulava o emprego formal e favorecia a informalidade. Ele sustenta que, ao reduzir os encargos trabalhistas, a reforma ajudaria a promover a criação de novos empregos, especialmente em um momento de recessão (Canêdo-Pinheiro et al., 2008).

Contudo, críticos como Zagato (2019) alertam que a flexibilização do mercado de trabalho pode ter efeitos negativos sobre a qualidade dos empregos e os direitos dos trabalhadores. Ela afirma que, embora a reforma possa ter criado um ambiente mais favorável para as empresas, também aumentou a precarização do trabalho, com a ampliação de contratos temporários e o aumento da informalidade. Além disso, a redução do poder de barganha dos trabalhadores pode diminuir os salários, o que, por sua vez, reduz a demanda agregada e afeta negativamente o crescimento econômico (Zagato, 2019).

A revisão da literatura revela, assim, que as reformas estruturais, embora muitas vezes necessárias para corrigir desequilíbrios econômicos, precisam ser implementadas com cuidado, levando em consideração os impactos sociais e econômicos de curto e longo prazo. Kohli (2012) comparou as estratégias de desenvolvimento adotadas por países asiáticos e latino-americanos, mostrando que as economias asiáticas, que combinaram reformas estruturais com políticas industriais ativas, tiveram um desempenho significativamente melhor do que as economias latino-americanas, que seguiram um modelo neoliberal mais rígido, baseado na abertura dos mercados e na redução da intervenção estatal (Kohli, 2012).

Em sua análise sobre os impactos das reformas estruturais no Brasil, Oreiro e Paula (2019) destacam que, embora as reformas adotadas nos governos Temer e Bolsonaro tenham contribuído para uma estabilização fiscal, seus efeitos sobre o crescimento econômico foram limitados. Eles argumentam que, sem um aumento significativo nos investimentos públicos e privados, as reformas estruturais por si só não serão capazes de gerar um crescimento sustentável a longo prazo (Oreiro; Paula, 2019).

Finalmente, estudos empíricos que analisam os indicadores econômicos antes e depois da adoção das políticas de austeridade no Brasil mostram resultados mistos. Segundo Tinocco e Giambiagi (2018), os indicadores fiscais, como a dívida pública em relação ao PIB, melhoraram após a adoção das políticas de austeridade, enquanto a inflação foi controlada e os juros reduziram gradualmente. No entanto, o crescimento econômico permaneceu baixo, e a taxa de desemprego continuou alta, sugerindo que a recuperação ainda estava longe de ser robusta (Tinocco; Giambiagi, 2018).

Stiglitz (2008), ao avaliar a experiência de outros países que adotaram políticas de austeridade, ressalta que a recuperação econômica baseada exclusivamente em cortes de gastos e reformas estruturais pode ser lenta e desigual. Ele argumenta que, sem um papel ativo do Estado no estímulo ao crescimento, as economias podem ficar presas em um ciclo de baixa demanda e crescimento insuficiente. Esse argumento é particularmente relevante para o Brasil, onde o crescimento econômico desde 2017 tem sido modesto, apesar dos avanços nas contas fiscais (Stiglitz, 2008).

Em conclusão, a literatura sobre austeridade fiscal e reformas estruturais revela que a eficácia dessas políticas depende em grande parte do contexto econômico em que são implementadas e do equilíbrio entre medidas de curto e longo prazo. Enquanto os defensores das políticas neoliberais enfatizam a necessidade de disciplina fiscal e reformas para garantir a estabilidade econômica, os críticos alertam para os impactos negativos sobre o emprego, a demanda agregada e o crescimento econômico (Williamson, 2008; Bresser-Pereira, 2017).

## **METODOLOGIA**

Para responder à pergunta de pesquisa, adotou-se uma metodologia de análise quantitativa dos principais indicadores macroeconômicos do Brasil entre os anos de 2010 e 2023. A análise foi realizada em períodos anuais, comparando os períodos antes e depois da implementação das políticas de austeridade fiscal e reformas estruturais, concentradas nos anos de 2015 e 2016.

Importante ressaltar que embora os anos de 2020 e 2021 tenham sido fortemente impactados pela pandemia de COVID-19, com efeitos expressivos sobre o PIB, inflação, dívida pública e desemprego, retirar esses anos da análise poderia comprometer a compreensão completa do comportamento dos indicadores macroeconômicos. Esses anos de crise trazem uma perspectiva sobre a capacidade de resposta e adaptação do país frente a choques externos inesperados, testando os limites e a eficácia das políticas adotadas em um ambiente de extrema pressão. Manter 2020 e 2021 na análise, portanto, permite avaliar a robustez dos ajustes estruturais em circunstâncias adversas e fornece uma visão realista sobre o desempenho econômico brasileiro em um contexto global desafiador.

Os principais indicadores utilizados são: o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a inflação (IPCA), a dívida pública como percentual do PIB, a taxa de desemprego, o nível de investimento (FBCF), o saldo em conta corrente, e a taxa de juros (Selic). Esses dados serão fundamentais para avaliar os efeitos dessas políticas no desempenho econômico do Brasil.

O indicador de crescimento do PIB é utilizado para medir o desempenho geral da economia e a evolução da atividade econômica ao longo dos anos, sendo obtido de fontes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e relatórios de órgãos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI). A inflação (IPCA), medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo, serve para avaliar o controle dos preços e a estabilidade

macroeconômica, um objetivo central das políticas de austeridade fiscal (Dornbusch; Fischer; Startz, 2009). A dívida pública como percentual do PIB é um dos principais indicadores para verificar a eficácia da política de ajuste fiscal, que visava conter o crescimento dessa dívida e estabilizar as contas públicas (Giambiagi et al., 2016).

Outros indicadores importantes incluem a taxa de desemprego, que permite avaliar o impacto social das políticas de austeridade, obtida por meio do IBGE. A formação bruta de capital fixo (FBCF) é utilizada para medir o nível de investimento na economia, essencial para o crescimento de longo prazo, com base nos dados do IBGE e relatórios do Banco Central do Brasil. O saldo em conta corrente, que mede o balanço de pagamentos do Brasil com o resto do mundo, é analisado para entender os efeitos das reformas na competitividade externa do país (Tinocco; Giambiagi, 2018). Por fim, a taxa de juros (Selic), um dos principais instrumentos de política monetária, é usada para verificar como o controle da inflação influenciou o custo do crédito e os investimentos (Stiglitz, 2008). Esses dados serão analisados com o objetivo de identificar as correlações entre as medidas de austeridade e a recuperação ou deterioração econômica do Brasil.

A regressão linear é utilizada neste trabalho como uma ferramenta estatística para identificar tendências nos indicadores econômicos ao longo do tempo, principalmente segregando o período de análise em “antes e depois” das medidas de austeridade e reformas estruturais implementadas a partir de 2016. Esse método permite analisar a relação entre o tempo (anos) e os indicadores. O coeficiente angular (slope) obtido nas regressões indica a direção e a magnitude das mudanças nesses indicadores ao longo dos anos, ajudando a verificar se houve alterações significativas nas suas tendências a partir de 2017, com a adoção das políticas de austeridade. Dessa forma, é possível quantificar o impacto dessas medidas sobre a trajetória econômica do Brasil.

Além disso, para correlacionar os indicadores, o método escolhido foi a correlação de Pearson que é uma medida estatística que indica a força e a direção de uma relação linear entre duas variáveis contínuas. O coeficiente de correlação de Pearson varia entre -1 e 1, onde valores próximos de 1 indicam uma correlação positiva forte (ou seja, quando uma variável aumenta, a outra também tende a aumentar), valores próximos de -1 indicam uma correlação negativa forte (ou seja, quando uma variável aumenta, a outra tende a diminuir), e valores próximos de 0 indicam que não há uma correlação linear significativa entre as variáveis.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O quadro 1 apresenta os indicadores selecionados para este estudo durante o período analisado

**Quadro 1: Indicadores Macroeconômicos 2010 a 2023**

Ano	Crescimento do PIB (%)	Inflação (IPCA, %)	Dívida Pública/PIB (%)	Taxa de Desemprego (%)	Investimento (FBCF % do PIB)	Saldo em Conta Corrente (% do PIB)	Taxa de Juros (Selic, % ao ano)
2010	7,5	5,91	53,3	6,7	21,8	-2,17	10,75
2011	3,9	6,5	53,8	5,8	20,6	-2,12	12,5
2012	1,9	5,84	54,7	5,5	20,8	-2,5	7,25
2013	3	5,91	56,4	5,4	20,5	-3	10
2014	0,5	6,41	58,9	6,8	19,7	-4,4	11,75
2015	-3,8	10,67	65,5	8,4	17,8	-3,3	14,25
2016	-3,6	6,29	69,7	11,6	16,1	-1,3	13,75
2017	1,1	2,95	73,7	12,8	15,9	-0,7	7
2018	1,3	3,75	76,5	12,3	15,6	-2,2	6,5
2019	1,1	4,31	75,8	11,9	15,4	-2,8	4,5
2020	-4,1	4,52	88,8	13,9	15,5	-1,9	2
2021	4,6	10,06	93	12,2	18	-0,7	9,25
2022	2,9	5,79	91,6	9,8	18,2	1	13,75
2023	2,5	4,5	89	8,5	17,9	0,5	11,25

Fonte: os autores.

Ao analisar os indicadores macroeconômicos do Brasil em 2020 e, em menor grau, 2021, fica evidente o impacto profundo da pandemia de COVID-19 sobre a economia. A pandemia trouxe uma crise sanitária e econômica sem precedentes, que forçou governos a adotarem medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, afetando diretamente o nível de atividade econômica global. No Brasil, essas restrições resultaram em uma queda acentuada do PIB (-4,1% em 2020), aumento na taxa de desemprego, e uma elevação significativa nos gastos públicos para financiar programas emergenciais de auxílio, como o Auxílio Emergencial. Esse contexto atípico contribuiu para o aumento da dívida pública e afetou a estabilidade das contas fiscais, exigindo do governo medidas urgentes para mitigar o impacto social e econômico da pandemia.

Embora 2021 tenha trazido uma recuperação parcial com a reabertura gradual da economia e avanços na vacinação, os efeitos da pandemia ainda pesaram sobre os indicadores econômicos. A inflação, por exemplo, foi fortemente impactada pelas rupturas nas cadeias globais de suprimentos e pela alta nos preços de commodities, refletindo uma pressão inflacionária que exigiu ajustes na política monetária, incluindo o aumento da taxa Selic. Esses fatores externos e extraordinários impactam as comparações com períodos anteriores e posteriores, introduzindo uma variabilidade significativa nos indicadores que não pode ser atribuída apenas às políticas de austeridade e reformas estruturais, mas sim ao contexto singular e global da pandemia.

Todavia, inicia-se o tratamento dos dados por meio de regressão linear, separando a análise de quatro indicadores (PIB, Desemprego, FBCF e Conta Corrente) em dois períodos (“2010 até 2016” e “2017 a 2023”). Essa análise resulta em um coeficiente angular (slope) que indica a direção e a magnitude dos indicadores ao longo dos anos, ajudando a verificar se houve alterações significativas nas suas tendências. O Teste de Significância apontou para coeficientes abaixo de 0,05 para todos os indicadores, o que indica que são estatisticamente significativos ao nível de confiança de 95%. O quadro abaixo sumariza os resultados:

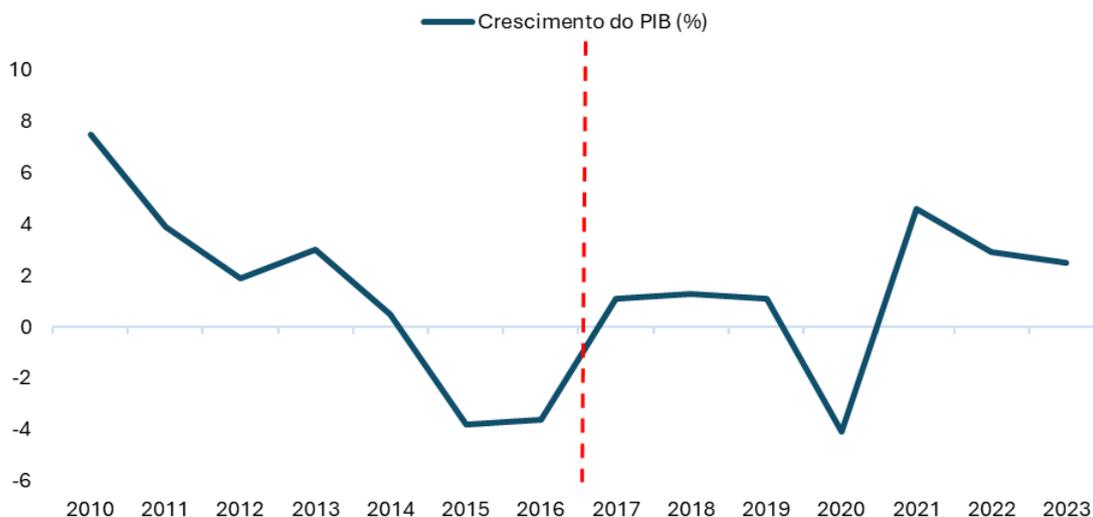
**Quadro 2: Coeficiente Angular**

Ano	Coeficiente Angular do PIB	Coeficiente Angular do Desemprego	Coeficiente Angular do FBCF	Coeficiente Angular Conta Corrente
2010 a 2016	(1,79)	0,76	(0,85)	(0,06)
2017 a 2023	0,39	(0,63)	0,49	0,43

Fonte: os autores.

Os coeficientes angulares obtidos para o crescimento do PIB mostram uma tendência clara de mudança entre os períodos analisados. De 2010 a 2016, o coeficiente de -1,79 indica uma queda significativa no crescimento econômico ao longo do tempo, refletindo a recessão econômica e os desafios enfrentados pelo Brasil nesse período (Giambiagi et al., 2016). A partir de 2017, com a adoção das medidas de austeridade, o coeficiente se torna positivo em 0,39, sugerindo uma leve recuperação no crescimento econômico, embora em um ritmo muito mais lento do que antes da crise, o que está em linha com as observações de Canuto (2018), que destaca que o crescimento pós-reformas estrutural no Brasil foi modesto, porém estável.

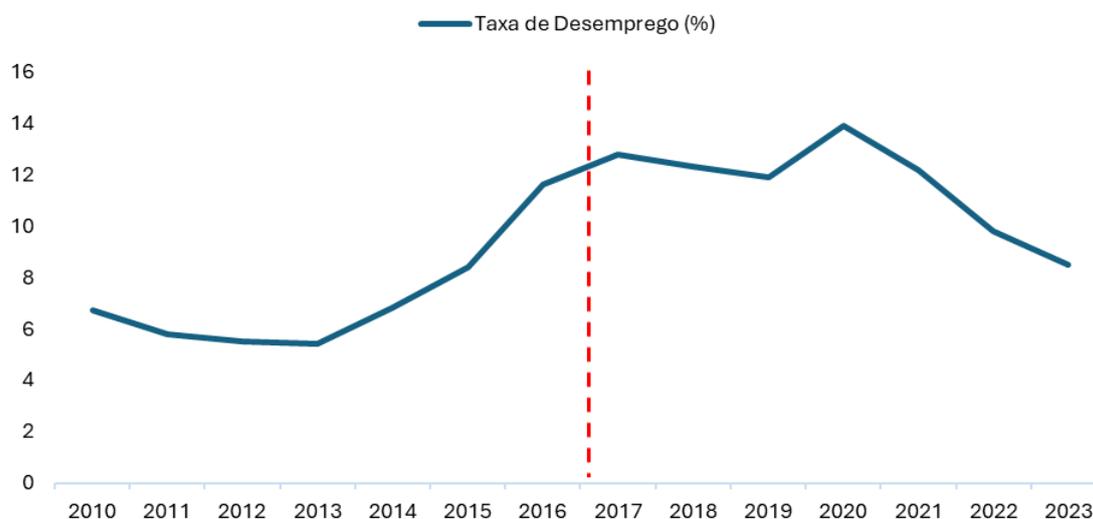
Figura 1: PIB 2010 a 2023



Fonte: os autores.

No caso da taxa de desemprego, o coeficiente angular de 0,76 entre 2010 e 2016 revela que o desemprego aumentou substancialmente ao longo desse período, especialmente durante a recessão, à medida que a economia se contraiu. Segundo Oreiro e Paula (2019), esse aumento no desemprego foi consequência direta da recessão combinada com a fragilidade das políticas de crescimento econômico. No entanto, a partir de 2017, o coeficiente de -0,63 indica uma reversão nessa tendência, sugerindo uma gradual redução do desemprego após as reformas estruturais e a retomada econômica, embora o ritmo dessa recuperação ainda seja moderado. Isso corrobora com o trabalho de Bresser-Pereira (2017), que argumenta que as reformas contribuíram para a recuperação, mas seus efeitos sobre o desemprego foram limitados pela falta de estímulos adicionais.

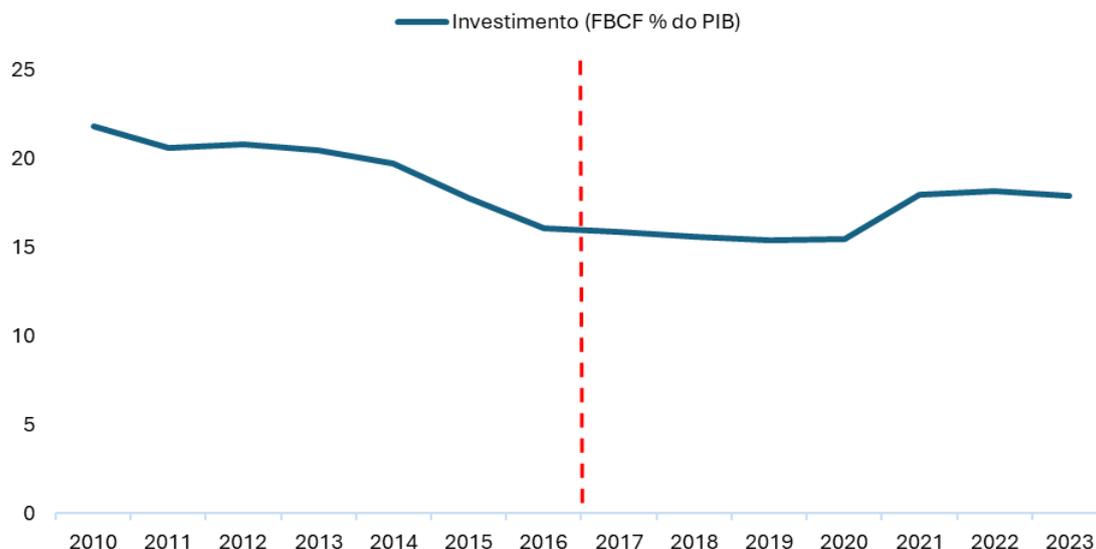
Figura 2: Desemprego 2010 a 2023



Fonte: os autores.

Para o indicador de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que mede os investimentos, o coeficiente angular de  $-0,85$  de 2010 a 2016 reflete uma queda acentuada nos investimentos ao longo desse período. Suzigan e Furtado (2006) comentam que períodos de recessão minam a confiança dos investidores. A partir de 2017, o coeficiente se torna positivo ( $0,49$ ), sugerindo uma recuperação no nível de investimentos após as reformas, o que pode estar relacionado às condições macroeconômicas e à estabilização da economia. A visão de Canêdo-Pinheiro et al. (2008) também corrobora essa interpretação, sugerindo que a estabilização das finanças públicas e a melhora nas perspectivas econômicas incentivam a retomada do investimento privado.

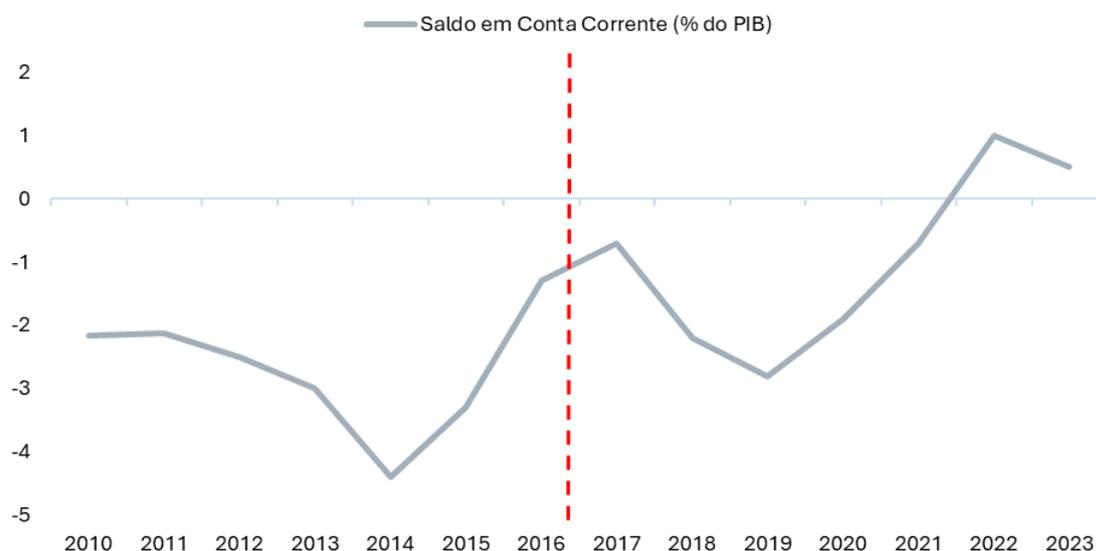
Figura 3: Investimento 2010 a 2023



Fonte: os autores.

O saldo em conta corrente apresentou uma leve tendência negativa de -0,06 entre 2010 e 2016, indicando um ligeiro aumento do déficit em conta corrente ao longo desse período, possivelmente devido à queda nas exportações e ao aumento das importações (Bielschowsky; Torres, 2018). No período de 2017 a 2023, o coeficiente se torna positivo (0,43), sugerindo uma melhora nas contas externas do Brasil.

Figura 4: Saldo em Conta Corrente 2010 a 2023



Fonte: os autores.

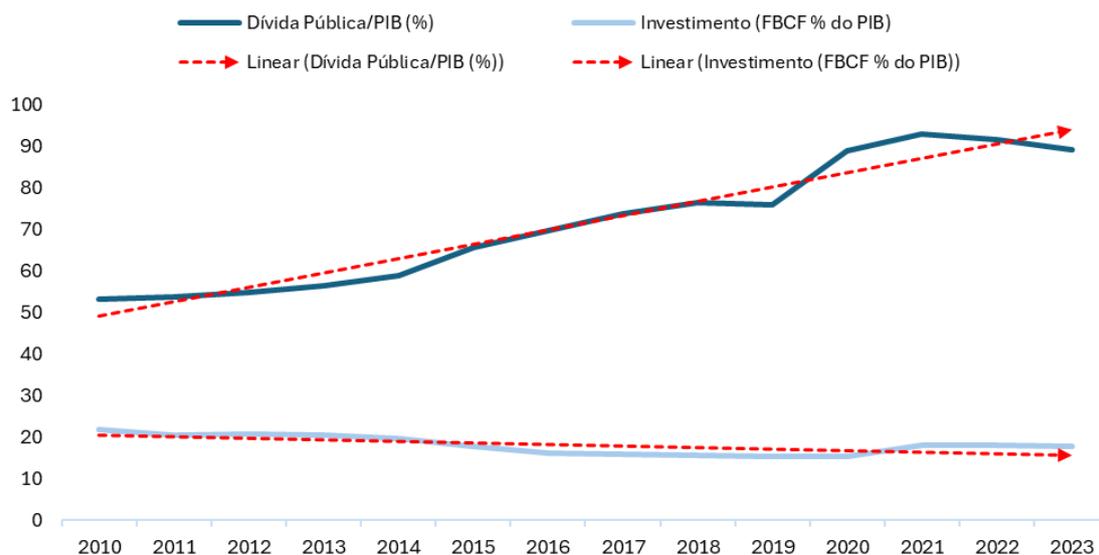
Essa melhora potencialmente impulsionada pela recuperação do comércio internacional e pelos ajustes fiscais e estruturais de estabilização econômica. Essa melhora nas contas

externas está alinhada com as observações de Stiglitz (2008), que enfatiza a importância de reformas estruturais e disciplina fiscal para o equilíbrio das contas externas.

Além das regressões, utilizou-se a correlação de Pearson para relacionar alguns indicadores. A primeira correlação analisada é entre o PIB e o desemprego. O resultado foi de  $-0,8586$ , coeficiente negativo de alta magnitude, que indica uma forte correlação negativa entre o crescimento do PIB e a variação da taxa de desemprego em pontos percentuais no Brasil durante o período de 2010 a 2023. Esse valor sugere que, à medida que o PIB aumenta, a taxa de desemprego tende a diminuir significativamente, e, da mesma forma, quando o PIB diminui, a taxa de desemprego tende a aumentar. Essa relação inversa é consistente com a teoria econômica que sugere que o crescimento econômico promove a criação de empregos, enquanto recessões resultam em aumento do desemprego (Blanchard, 2007; Dornbusch; Fischer; Startz, 2009).

Também foi correlacionada a dívida pública com o FBCF, resultando em um coeficiente de correlação de Pearson de  $-0,66$  entre essas duas variáveis.

Figura 5: Pearson Dívida/PIB e FBCF 2010 a 2023



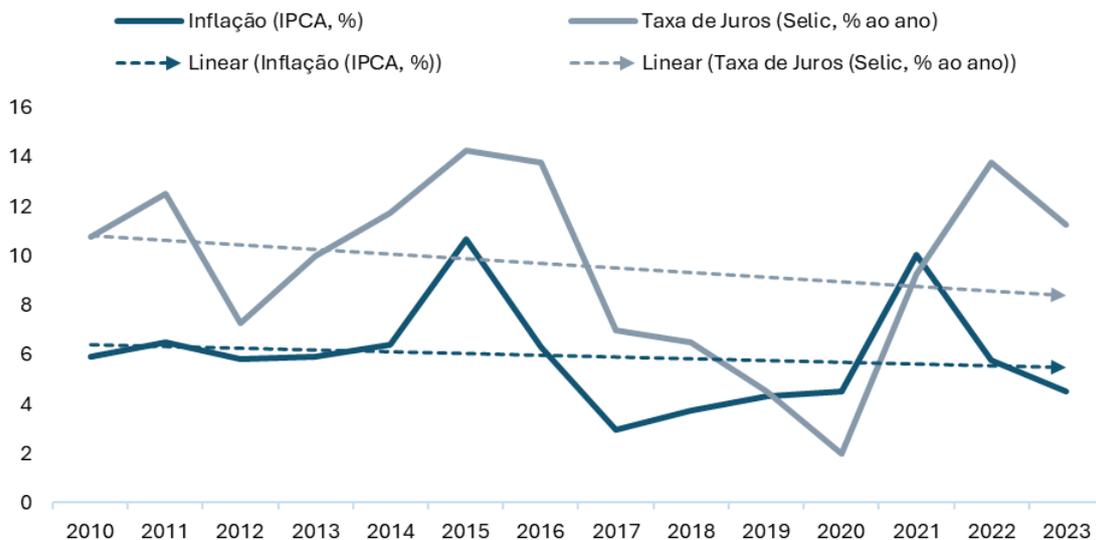
Fonte: os autores.

A linha acima representa a Dívida Pública/PIB e a linha de baixo o FBCF. Esse resultado sugere que, à medida que a dívida pública aumenta, o nível de investimento na economia (medido pela FBCF) tende a diminuir. Esse comportamento pode ser interpretado como um reflexo da deterioração das condições macroeconômicas: quando o governo acumula mais dívida, ele pode precisar redirecionar recursos para o pagamento de juros ou para ajuste fiscal, o que reduz sua capacidade de investir diretamente em infraestrutura e desenvolvimento (Giambiagi et al., 2016). Além disso, o aumento da dívida pública pode aumentar o risco percebido pelos investidores privados, reduzindo ainda mais o investimento na economia, como discutido por Canuto (2018) em suas análises sobre o impacto da dívida pública no

investimento privado. Importante mencionar que no ano de 2020 os indicadores sofreram impactos das medidas econômicas de curto prazo adotadas para contenção da crise da COVID-19.

Por fim, a correlação entre a Selic e o IPCA resultou em um coeficiente de correlação de Pearson de 0,53, o que indica uma correlação positiva entre essas duas variáveis. Conforme gráfico a seguir

Figura 6: Pearson IPCA e SELIC 2010 a 2023



Fonte: os autores.

Esse resultado sugere que, conforme a inflação (IPCA) aumenta, a taxa de juros básica da economia (Selic) tende a subir também. Esse comportamento está alinhado com a política monetária tradicional, em que o Banco Central do Brasil utiliza a Selic como ferramenta para controlar a inflação (Giambiagi et al., 2016). Quando a inflação está elevada, o Banco Central aumenta a Selic para reduzir a demanda e conter os aumentos nos preços. A correlação moderada observada reflete a eficácia parcial dessa política, já que outros fatores também influenciam a inflação e a taxa de juros, mas o resultado ainda demonstra uma relação positiva consistente entre os dois indicadores no período analisado (Blanchard, 2007).

## CONCLUSÕES

O presente estudo teve como objetivo analisar os impactos das políticas de austeridade fiscal e das reformas estruturais adotadas no Brasil após a crise econômica de 2014-2016, avaliando sua eficácia na recuperação e estabilização da economia. Especificamente, o artigo buscou examinar a evolução dos principais indicadores macroeconômicos antes e após a implementação das políticas de austeridade; (2) discutir o papel das reformas estruturais na recuperação econômica e competitividade do Brasil; e (3) analisar criticamente as implicações dessas reformas sobre o crescimento econômico, investimento e equilíbrio fiscal. A partir

dessa análise, foi possível colher elementos para clarear as implicações dessas medidas no cenário econômico brasileiro e os desafios que elas buscaram endereçar.

As medidas de austeridade fiscal e as reformas estruturais adotadas a partir de 2016 no Brasil foram implementadas em um cenário de grave recessão econômica, com indicadores alarmantes como a queda acentuada do PIB e o aumento da dívida pública e do desemprego. Antes dessas reformas, o Brasil enfrentava um descontrole nos gastos públicos, resultando em uma crescente pressão sobre as contas do governo e uma perda de confiança por parte dos investidores. O período anterior às reformas foi marcado por políticas de estímulo econômico que, embora pudessem oferecer algum alívio de curto prazo, acabaram resultando em desequilíbrios macroeconômicos significativos, com aumentos constantes no déficit fiscal e na dívida pública.

Os dados analisados mostraram que, após a adoção das políticas de austeridade, houve uma mudança gradual nas tendências dos principais indicadores econômicos. Embora o crescimento do PIB tenha apresentado recuperação lenta, ele se estabilizou em níveis positivos, indicando que as bases econômicas começaram a ser restabelecidas. Esse movimento foi essencial para a retomada da confiança no mercado e para evitar um colapso fiscal que poderia ter levado a uma crise ainda mais profunda. As reformas estruturais, por sua natureza, são voltadas para o longo prazo e visam corrigir problemas sistêmicos que, se não enfrentados, podem gerar crises recorrentes e desestabilizar a economia.

As políticas de desenvolvimento baseadas em gastos públicos que, apesar de promover algum crescimento e desenvolvimento no curto prazo, frequentemente resultam em inflação, aumento da dívida e déficit fiscal, enquanto as medidas de austeridade buscam devolver a sustentabilidade às contas públicas, principalmente após longos períodos de gastos públicos elevados. As políticas de estímulo, quando não acompanhadas de ajustes estruturais, tendem a gerar desequilíbrios que levam à necessidade de ciclos de ajustes fiscais e reformas mais rigorosas para que a economia possa voltar a crescer de forma sustentável.

A correlação entre o crescimento do PIB e a redução do desemprego é um indicativo de que, com a estabilização econômica trazida pelas reformas, foi possível começar a gerar empregos novamente. Embora o desemprego tenha se mantido elevado nos primeiros anos após as reformas, a retomada gradual do crescimento econômico e a maior confiança no mercado começaram a gerar impactos positivos no mercado de trabalho, ainda que de forma moderada.

Outro ponto fundamental foi o impacto das reformas sobre o investimento. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que havia caído drasticamente durante a crise, apresentou sinais de recuperação após as reformas, refletindo a retomada da confiança dos investidores e a melhora no ambiente macroeconômico. O aumento dos investimentos é crucial para o crescimento de longo prazo, e as reformas estruturais foram essenciais para criar um ambiente mais favorável para o investimento privado e público.

O controle da dívida pública foi uma das principais metas das políticas de austeridade. Antes das reformas, a dívida pública crescia em um ritmo insustentável, ameaçando a solvência do governo. A redução do crescimento da dívida foi fundamental para restaurar a confiança dos credores e evitar o aumento ainda mais elevado dos custos de financiamento da dívida pública, que poderia ter gerado uma crise fiscal de grandes proporções, mesmo considerando que no ano de 2020 houve um aumento significativo que está relacionado às medidas de curto prazo tomadas para contenção da crise da COVID-19.

O comportamento do saldo em conta corrente também passou por uma transformação importante após as reformas. O déficit em conta corrente, que vinha se aprofundando durante a crise, começou a se reduzir gradualmente, indicando uma melhora na balança comercial e um aumento da competitividade externa do Brasil. Isso pode ser atribuído, em parte, às reformas que ajudaram a estabilizar a economia e a melhorar as condições do comércio internacional.

A taxa de juros Selic, que teve que ser elevada durante a crise para conter a inflação, também foi ajustada após a implementação das reformas, refletindo um ambiente econômico mais controlado e estável. A inflação, que havia atingido níveis alarmantes durante a crise, foi controlada com sucesso, e a correlação positiva entre Selic e IPCA demonstrou o papel crucial da política monetária na estabilização dos preços, beneficiando principalmente as camadas mais pobres da população, que são as mais afetadas pela alta inflacionária.

Este estudo torna claro que as reformas estruturais, embora tenham gerado impactos controversos no curto prazo, como o aumento do desemprego e a desaceleração dos investimentos, foram necessárias para corrigir desequilíbrios que, se não fossem enfrentados, conforme mostram os dados e as tendências poderiam levar a uma crise ainda mais profunda e duradoura. As políticas de austeridade fiscal, combinadas com reformas de longo prazo, criaram as condições necessárias para a recuperação gradual e sustentável da economia brasileira. Embora os efeitos completos dessas reformas ainda não tenham sido totalmente observados, os sinais iniciais indicam que elas foram fundamentais para estabilizar a economia e preparar o caminho para um crescimento mais sólido e sustentável no futuro.

Este estudo tem limitações que abrem espaço para futuras pesquisas em diversas áreas relacionadas às políticas de austeridade fiscal e reformas estruturais no Brasil. Primeiramente, seria interessante realizar uma análise mais profunda sobre os impactos de longo prazo dessas reformas, particularmente em setores específicos da economia, como a indústria e o agronegócio, para verificar se a recuperação observada após 2017 se sustenta em diferentes segmentos econômicos. Além disso, estudos que analisem os efeitos das reformas sobre a desigualdade social e a distribuição de renda seriam essenciais para entender melhor as consequências sociais dessas políticas. Outra lacuna importante é a avaliação dos impactos das reformas no âmbito regional, já que diferentes estados brasileiros podem ter sido afetados de maneira desigual. Por fim, pesquisas que explorem a percepção

dos investidores e empresários sobre as mudanças no ambiente regulatório e econômico proporcionadas pelas reformas poderiam fornecer insights valiosos sobre a retomada do investimento privado no país.

## REFERÊNCIAS

- BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 4ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo; TORRES, Miguel. **Desarrollo e igualdad: el pensamiento de la CEPAL en su séptimo decenio**. Textos seleccionados del período 2008-2018. Santiago: CEPAL, 2018.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Como sair do regime liberal de política econômica e da quase-estagnação desde 1990**. Estudos Avançados, v.31, n.89, p.7-24, 2017.
- CANÊDO-PINHEIRO, Mauricio; FERREIRA, Pedro Cavalcanti; PESSÔA, Samuel de Abreu; SCHYMURA, Luiz Guilherme. **Por que o Brasil não precisa de Política Industrial**. Revista de Economia Política, v.28, n.3, p.43-57, 2008.
- CANUTO, Otaviano. **Política Fiscal e o Futuro da Economia Brasileira**. In: IMF Blog, 2018. Disponível em: <https://blogs.imf.org/>. Acesso em: 12 out. 2023.
- DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; STARTZ, Richard. **Macroeconomia**. 10ª ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2009.
- GIAMBIAGI, Fabio; BARROS DE CASTRO, Lavínia; VILLELA, André; HERMANN, Jennifer. **Economia Brasileira Contemporânea**. 2ª ed. São Paulo: Elsevier-Campus, 2016.
- OREIRO, José Luís; PAULA, Luiz Fernando de. **A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: Uma avaliação preliminar**. Revista de Economia Política, v.38, n.2, p.172-187, abr./jun. 2019.
- STIGLITZ, Joseph E. **Is there a Post-Washington Consensus Consensus?** In: SERRA, Narcís; STIGLITZ, Joseph E. The Washington Consensus Reconsidered: Towards a New Global Governance. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- SUZIGAN, Wilson; FURTADO, João. **Política Industrial e Desenvolvimento**. Revista de Economia Política, v.26, n.2, p.163-185, abr./jun. 2006.